

Gestos vazios do governo para as mulheres, por César Muñoz Acebes

Com Damares, falta investimento e sobra marketing

[\(Folha de S.Paulo, 10/01/2020 - acesse no site de origem\)](#)

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, [Damares Alves](#), convocou uma coletiva de imprensa em 25 de novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Ela [permaneceu em silêncio](#) por longos 30 segundos na frente das câmeras de televisão e saiu. Mais tarde, explicou aos repórteres que foi de propósito para fazê-los ver “como é difícil uma mulher ficar em silêncio. É muito ruim tirar a voz de uma mulher”.

Damares queria atrair atenção para uma nova campanha publicitária de combate à [violência contra as mulheres](#). De acordo com um comunicado divulgado por seu ministério, a ministra falou “sobre inúmeras políticas e leis voltadas às mulheres já implementadas nesta gestão”.

E, no entanto, o financiamento federal de projetos para proteger as mulheres secou desde janeiro do ano passado, quando o presidente Jair assumiu. O orçamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que faz parte do ministério de Damares, foi cortado em 27% em 2019, de acordo com dados obtidos pela Human Rights Watch por meio da Lei de Acesso à Informação. Além disso, dos R\$ 51 milhões alocados pelo Congresso em 2019, a secretaria havia usado apenas cerca de 40% (R\$ 20 milhões) em novembro.

Mais de 90% de todo o dinheiro que a secretaria gastou foi destinado à manutenção do Ligue 180, uma linha telefônica criada em 2005 por meio da qual mulheres podem denunciar atos violentos e receber informações sobre os serviços disponíveis. No entanto, o investimento do governo federal nesses serviços de atendimento foi mínimo.

Serviços de apoio adequados, que o governo federal deveria desenvolver e financiar em cooperação com autoridades municipais e estaduais, podem fazer a diferença para [milhares de mulheres](#). Uma delas é uma jovem de 27 anos, mãe de dois filhos, que conheci em outubro em Boa Vista, Roraima, estado com o maior índice de assassinatos de mulheres no país. Ela me contou que sofreu violência doméstica por nove anos e denunciou essa situação à polícia cinco vezes, mas “a polícia não fez nada”.

Em fevereiro, ela deixou o parceiro e foi morar com a irmã, mas o parceiro da irmã também era abusivo. Depois de dois meses fora de casa, essa mãe não conseguia encontrar um lugar seguro para morar com seus filhos. Não teve outra alternativa senão voltar com o parceiro e “à violência”, resumiu.

Em 16 de outubro, seu parceiro a espancou brutalmente na frente dos filhos. “Pensei que ia morrer”, lembrou, entre lágrimas. Desta vez, ela denunciou a agressão à polícia na [Casa da Mulher Brasileira](#) de Boa Vista, uma instalação inaugurada em dezembro de 2018 e que possui uma delegacia da mulher, um abrigo temporário e fornece apoio psicológico, além de outros serviços especializados. Pela primeira vez essa mulher viu a polícia realmente responder à sua denúncia e procurar o agressor. Ela também obteve uma medida protetiva, que proíbe o ex-parceiro de se aproximar. E lá ficou por dois dias no abrigo temporário, onde eu a conheci.

“Esta casa é muito importante”, disse ela. “É um lugar de esperança. Eu posso deixar a violência para trás.” [Existem cinco casas semelhantes no país](#), incluindo uma em São Paulo que a ministra Damares inaugurou em 11 de novembro. Mas, até o começo daquele mês, o governo Bolsonaro gastou zero real dos quase R\$ 13 milhões alocados pelo Congresso para construir casas adicionais em 2019, de acordo com os dados obtidos pela Human Rights Watch.

A campanha publicitária que Damares lançou em 25 de novembro promove o slogan: “Se uma mulher perde a voz, todas perdem”. Deveria dizer “todos perdemos”. E campanhas publicitárias são de pouca ajuda se o governo federal não investir nos serviços e políticas de que as mulheres precisam desesperadamente.

César Muñoz Acebes

Pesquisador Sênio da ONG Human Rights Watch no Brasil

Primeiro ano do governo Bolsonaro tem atuação tímida no combate à violência contra a mulher

Políticas públicas pouco detalhadas, ampliação do acesso a armas de fogo e declarações de cunho machista marcaram a atuação do Executivo na área.

[\(HuffPost, 30/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Políticas públicas pouco detalhadas de combate à [violência doméstica](#), ampliação do acesso a [armas de fogo](#), ações de valorização da família ao invés da mulher e [declarações de cunho machista](#) marcaram a atuação do Executivo em temas ligados a [mulheres](#) no primeiro ano do governo de [Jair Bolsonaro](#).

Vice-presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e integrante do Consórcio Feminista Lei Maria da Penha, Alice Bianchini classifica como “muito tímida” a atuação dos ministérios da Justiça e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

“A gente percebeu muito discurso e pouca prática. Nada muito tangível. Dizer ‘vamos acabar com a violência contra mulher’ é muito vazio. Tem que apontar de que forma isso deveria acontecer”, afirmou Bianchini ao HuffPost Brasil.

Na avaliação da especialista, políticas públicas que não dependem de orçamento, como discussão de questões de gênero nas escolas — que são previstas na [Lei Maria da Penha](#) —, poderiam ter sido implementadas. Ela

também considerou que campanhas de mídia tiveram pouco impacto.

Durante muito tempo as pesquisas perguntavam: ‘mulher que apanha deve continuar com o relacionamento para o bem da família?’ E tinha um percentual muito grande de pessoas que entendiam positivamente.

Alice Bianchini, Vice-presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e integrante do Consórcio Feminista Lei Maria da Penha

Em agosto, a ministra [Damares Alves](#) (Mulher, Família e Direitos Humanos) anunciou a expansão do programa [“Maria da Penha Vai à Escola”](#), iniciado em 2014 e que divulga a legislação em escolas públicas. O HuffPost Brasil pediu ao ministério informações sobre o andamento da iniciativa e os possíveis resultados, mas, até a publicação dessa reportagem, não obteve resposta.

No mesmo mês, na data em que a Lei Maria da Penha completou 13 anos, Damares e o ministro da Justiça, [Sergio Moro](#), assinaram um [pacto para implementação de políticas contra a violência contra a mulher](#). Apesar de questionadas, ambas as pastas não detalharam quais ações estão incluídas na iniciativa. Representantes dos dois ministérios também atuam em um grupo conjunto de trabalho de temas ligados às mulheres.

Na ocasião, Moro afirmou que foi duramente criticado por dizer que os homens costumam recorrer à violência contra as mulheres por se sentirem intimidados e não aceitarem que elas, em geral, sejam melhores do que eles.

“Muitas vezes se diz que são necessárias políticas de proteção à mulher porque, dizem, elas são vulneráveis”, afirmou Moro. “Mas isso não é verdade, porque elas são mais fortes e melhores do que os homens. Por que são melhores do que nós? Talvez porque nós, homens, somos intimidados e, por conta dessa intimidação, nós, homens, recorreremos à violência para firmar uma pretensa superioridade que não existe. Mulheres são melhores, mas precisam de proteção maior, até por essa condição”, completou.

Questionado pela reportagem, o Ministério da Justiça informou que “trabalha para viabilizar o aprimoramento e atualização da base de dados oficiais de

segurança pública” e está “comprometido com o enfrentamento e o combate à violência contra a mulher por meio de estudos e análises”.

Ainda em nota, a pasta disse que os estudos “estão sendo conduzidos com o objetivo da construção de protocolos e diretrizes para a padronização e qualificação de procedimentos de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar, de investigação e de perícia do crime de feminicídio”.

O ministério não informou ao HuffPost Brasil, contudo, quando essas ações serão aplicadas.

Para 2020, o ministério promete fomentar atividades em que os agressores de mulheres que cumpram pena alternativa sejam encaminhados a grupos de reflexão nas centrais de alternativas penais.

Também está em fase de elaboração a aquisição de livros que tratem da temática “para auxiliar os processos nas unidades prisionais”, além de orientação aos estados para que mulheres presas vítimas de violência tenham “atendimentos psicológico e de assistência social diferenciados”.

Em outubro, o Ministério da Justiça publicou uma portaria que propõe aos estados a elaboração de planos de ação que incluam atividades destinadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Projeto “Salve Uma Mulher”

Ainda no mesmo mês, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos lançou o projeto “Salve Uma Mulher”, para capacitar servidores públicos a orientar mulheres em situação de violência doméstica.

Na primeira etapa, a previsão era de que o treinamento seja destinado a 340 mil agentes do Ministério da Saúde, 106 mil funcionários dos Correios, 30 mil conselheiros tutelares e 1.722 profissionais da Defensoria Pública da União. A intenção era também incluir profissionais de beleza, de academias esportivas e líderes religiosos, de acordo com a pasta.

Um dos projetos que se tornou realidade na gestão foi a inauguração da Casa da Mulher Brasileira em São Paulo. O projeto foi instituído em 2013 pela

então presidente Dilma Rousseff. Cada unidade da Federação deveria ter uma unidade até o fim de 2018, mas, até agora, só 7 foram contempladas até o momento: São Paulo, Brasília, Ceará, Paraná, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Roraima.

Cada casa reúne serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, como Delegacia de Defesa da Mulher, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça e assistência social.

De acordo com a ministra Damares, houve uma reformulação do projeto. Ao invés de unidades grandes como a de São Paulo, que tem pouco mais de 3.600 metros quadrados, o investimento será em modelos menores que cheguem a lugares fora de capitais. Em agosto, a pasta também assinou um acordo com o Banco do Brasil para a recuperação da unidade de Brasília.

Em novembro, por ocasião do Dia Internacional do Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, estipulado pela ONU, a ministra anunciou novas ações. Entre elas, está transformar dois navios na Amazônia em uma espécie de “Casa da Mulher Brasileira” itinerante e fazer com que todas as delegacias do País tenham atendimentos especializados à mulher por meio de capacitação de delegados e de suas equipes.

A capacitação dos agentes de segurança que trabalham em delegacias começará em janeiro de 2020, sem prazo para término, disse a ministra. O orçamento, que não teve seus valores especificados, virá do programa “Salve uma Mulher”.

Uma das ações classificadas como benéfica por especialistas em violência doméstica foi a recomendação de veto, feita pelo ministério ao presidente Jair Bolsonaro, sobre o projeto de lei que obriga profissionais da saúde a notificar indícios e casos explícitos de [violência contra a mulher](#) à polícia em, no máximo, 24 horas.

Ao tornar a notificação de forma obrigatória, o projeto fere a relação de sigilo entre médico e paciente, a autonomia da mulher, além de ter efeito contrário na subnotificação. Antes não havia o prazo legal, nem a obrigação de notificar indícios.

O presidente seguiu a recomendação, [mas o veto foi derrubado pelo Congresso](#), em novembro.

“País da família”

Uma mudança nas políticas públicas vista como sensível por especialistas é o foco em ações ligadas à família. Em setembro, em evento chamado “Cúpula da Demografia”, Damares anunciou que o Brasil “voltou a ser um país da família” e convocou líderes internacionais a formar uma aliança na ONU (Organização das Nações Unidas) por esses valores. Integrantes de governos do Leste Europeu indicaram que iriam coordenar essa agenda.

Na ocasião, o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, afirmou que “toda criança tem o direito de ter um pai e uma mãe” e chegou a defender uma mudança na Constituição húngara para “proteger as famílias” e impedir que cortes judiciais tomem decisões “antifamília”.

Para Alice Bianchini, esse tipo de discurso pode levar a entraves no combate à violência contra mulher. “Claro que a família é importante, mas se a gente colocar a importância maior na família do que em relação aos integrantes da família, vamos ter problemas”, diz. “Durante muito tempo, até 2003, que é a última pesquisa que a gente tem, quando se perguntava ‘mulher que apanha deve continuar com o relacionamento para o bem da família?’, tinha um percentual muito grande de pessoas que entendiam positivamente.”

A jurista destaca decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em agosto de 2019, em que o agressor foi absolvido, apesar de a agressão ter sido comprovada, porque a mulher voltou para o relacionamento. “Nem se sabe se, quando foi dada a sentença, ela voltou mesmo, se voltou por coação ou por medo. Independentemente de qualquer situação dessa, o direito penal não tem essa figura de que por que ela voltou ou perdoou o crime deixou de existir. Vejo como perigoso isso”, afirma Bianchini.

Flexibilização do porte de armas e alterações

na Lei Maria da Penha

Em 2019, cinco projetos que alteram a Lei Maria da Penha foram aprovados pelo Congresso Nacional. Na avaliação de especialistas, alterações constantes que são entendidas como positivas podem ser contraditórias e enfraquecer a lei, que é considerada pela ONU (Organização das Nações Unidas) a terceira melhor legislação do mundo no combate à violência doméstica.

Para Silvia Chakian, promotora do Ministério Público de São Paulo, membro do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica, é preciso ter cautela tanto ao apresentar projetos que visam a alterar a Lei Maria da Penha, quanto ao analisá-los.

“Essas iniciativas podem, em um primeiro momento, trazer modificações que aparentemente são positivas aos olhos leigos, mas que, na prática, não têm efetividade ou que podem até trazer prejuízos”, aponta.

Mesmo sendo crítica às iniciativas recentes, Chakian reconhece que “há uma boa intenção dos parlamentares” ao propor esses projetos e que alguns, sim, auxiliam na aplicação da lei, [como a que tenta facilitar o divórcio da vítima de violência, por exemplo.](#)

“Muito mais do que criar novas leis, a gente precisa investir nas políticas públicas que já estão previstas na Lei Maria da Penha há 13 anos e que não saíram do papel ainda hoje”, aponta Chakian. “Essas iniciativas precisam ser muito debatidas com os profissionais, especialistas e a própria sociedade civil. Ouvir as mulheres, as destinatárias das leis, também é importante.”

Muito mais do que criar novas leis, a gente precisa investir nas políticas públicas que já estão previstas na Lei Maria da Penha há 13 anos e que não saíram do papel ainda hoje.

Silvia Chakian, promotora do Ministério Público de São Paulo (MPSP)

Outro ponto crítico nas políticas públicas que afetam as mulheres é a liberação de armas de fogo. Foram 8 decretos presidenciais nesse sentido em

2019. O Ministério da Justiça nega que essas ações possam aumentar o número de feminicídios.

Em outubro, Thaylize Rodrigues Orsi, da Coordenação de Legislação em Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública da pasta, afirmou, em audiência pública na Comissão da Mulher na Câmara, [que não há evidências de que a liberação de armas aumente esse tipo de violência](#). O ministro responsável pela pasta tem adotado a mesma posição.

Segundo o [Atlas da Violência de 2019](#), do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 4.963 brasileiras foram mortas em 2017 (dados mais recentes), considerado o maior registro em dez anos. A taxa de assassinato de mulheres negras cresceu quase 30%, enquanto a de mulheres não negras subiu 4,5%.

Entre 2012 e 2017, aumentou 28,7% o número de assassinatos de mulheres na própria residência por arma de fogo.

“Se a gente tiver maior disponibilidade de armas, a lógica é que vai aumentar mais ainda esse tipo de violência. E a arma tem uma letalidade muito grande. Dificilmente a pessoa sobrevive a um disparo por arma de fogo”, diz Bianchini.

“E temos um dado psicológico de que é mais fácil pegar um arma e disparar contra pessoa do que matar a facada, pedrada, paulada. Psicologicamente é muito mais fácil apertar um gatilho.”

O [Mapa da Violência 2016](#), elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), porém, mostra que o Estatuto do Desarmamento foi responsável por poupar 160.036 vidas desde 2003. Entre 1993 e 2003, os homicídios com arma de fogo cresceram 7,8% ao ano, até atingir 36.115 mortes. Seguindo esta progressão, em 2012, o número deveria ser de 71.118 vítimas fatais de disparos, mas foram registradas 40.077 mortes.

Já as estimativas de casos de estupro no Brasil variam entre 300 mil e 500 mil casos por ano, devido à subnotificação. Em 2018, segundo dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o País atingiu o recorde de registros. Foram 66 mil vítimas, o equivalente a 180 por dia — maior número

deste tipo de crime desde que o relatório começou a ser feito, em 2007.

Por Andréa Martinelli e Marcella Fernandes

Em evento na Alesp, especialistas criticam falta de ação integrada em casos de violência doméstica

Nesta segunda-feira, 9, um [seminário organizado pelo mandato da deputada estadual Marina Helou \(Rede-SP\)](#) reuniu, em uma mesa, três especialistas em violência doméstica para expor suas ações dentro dos órgãos em que trabalham voltados ao enfrentamento à violência contra as mulheres. Elas criticaram a falta de um serviço que centralize essas ações e que é necessária uma mobilização entre sociedade civil, setor público e privado.

[\(Catrata Livre, 11/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Durante a discussão, foram levantadas questões que envolviam o atendimento local não só após a denúncia, mas antes, como forma de conscientização para prevenir e fazer com que a mulher se sinta mais à vontade para falar estando em um ambiente familiar, como a sua própria casa.

O evento ocorreu na Assembleia Legislativa de São Paulo em parceria com o Consulado do Canadá e com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A abertura contou com a presença de Samira Bueno, diretora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Dina Thrascher, representante do Consulado Geral do Canadá em São Paulo, e da deputada Marina Helou.

Já a mesa de debate foi composta pela policial canadense Stephanie Ashton, que trouxe sua experiência especializada no atendimento em casos de violência doméstica no [Canadá](#), pela comandante Elza Paulina, da Guarda Civil Metropolitana (GCM), e idealizadora do programa Guardiã [Maria da Penha](#), e pela psicóloga Mafoane Odara, coordenadora da área de enfrentamento à violência contra as mulheres do [Instituto Avon](#).

Stephanie Ashton, da Real Polícia Montada do Canadá (RCMP)

Stephanie contou que, no Canadá, os sistemas não se conversam, não há uma rede integrada de apoio e supõe que no Brasil isso também aconteça. “Uma das razões pelas quais as respostas legais aos casos de violência doméstica falham é porque nossos sistemas (criminal, familiar, civil, proteção infantil, imigração) operam separadamente em busca de objetivos diferentes”, disse.

Uma questão que ela acredita que precisa ser resolvida é: o que podemos fazer quando a vítima de violência doméstica quer voltar para o agressor? Já que, como ela mesma explica, não é fácil terminar um relacionamento quando ainda existe sentimento.

Não há um crime específico de violência por parceiro íntimo no Código Penal do Canadá, mas, o que existe, abrange condutas como agressão, violência sexual, ameaças e homicídio.

Elza Paulina, da Guarda Civil Metropolitana (GCM)

A comandante Elza Paulina endossou o discurso: “Uma das razões de falha para que as ações não se fortaleçam é justamente a falta de entrosamento, de comunicação, é a dificuldade que os vários organismos têm de se falar, de confrontar ações e informações para que a gente possa se fortalecer”, disse.

O programa Guardiã Maria da Penha foi criado em 2014 e atua na fiscalização da medida protetiva expedida pela Justiça e encaminhada ao Ministério Público. Até março deste ano, [atendeu 1.437 casos](#), segundo a

Prefeitura de São Paulo.

Elza elogiou a [Casa da Mulher Brasileira](#), que tem atendimento integrado, mas afirmou que ainda precisam existir ações que possam ir até a mulher e não só iniciativas em que ela tenha que ir até as ações.

“A Casa da Mulher Brasileira é uma casa com vários órgãos trabalhando, então nós temos a Polícia Civil, o Ministério Público, a Defensoria, Tribunal de Justiça, a sociedade civil organizada, a Prefeitura de São Paulo e a GCM. Isso, para nós, é o que seria o ideal em toda a ação, em toda atribuição que o governo pudesse oferecer para essas ações de enfrentamento da violência contra a mulher”, opinou.

A comandante também falou do desafio de discutir temas sobre violência de gênero em um ambiente predominantemente masculino como é a GCM. “Como trazer essa discussão para dentro da minha casa antes de prestar assessoria fora dela? Cuidar do cuidador. Eu preciso que esse cuidador esteja mais próximo para não ter uma série de comportamentos inadequados”, acrescentou.

Ela destacou três pontos importante do programa Guardiã Maria da Penha. “Quando o programa vai até a casa dessa mulher, ele promove um sentimento: ‘A administração pública está vindo até minha casa’. Porque até aquele momento, todas as ações que ela tinha que fazer, ela tinha que se deslocar até a administração. Quer seja no Distrito Policial, quer seja no hospital, não importa: ela se desloca.”

“Ela sente: ‘Alguém está pensando em mim, alguém me viu’. O primeiro passo para ela entender que é uma pessoa de direitos está ali naquela ação. A gente passa um pouco da fiscalização ao agressor para o cuidado com a mulher em situação de violência. Então a gente acaba fazendo duas coisas ao mesmo tempo”, explicou.

O programa também desperta na vizinha dessa mulher que recebe a fiscalização da medida protetiva da guarda civil a consciência de que se acontecer com ela, também poderá contar com a guarda e denunciar o crime, avalia Elza.

Em terceiro, é a responsabilidade consciente do território. “Quando a viatura chega, às vezes o padeiro, às vezes o borracheiro, ele chega e fala para o guarda: ‘Eu não quero me envolver com isso não, mas eu vi o homem rondando a casa dela’. É uma responsabilidade consciente que nós precisamos despertar na sociedade. A sociedade precisa entender que, em briga de marido a mulher, se mete a colher.”

Mafoane Odara, do Instituto Avon

Mafoane Odara revelou que a empresa em que trabalha não queria falar sobre violência doméstica até que uma funcionária foi vítima de [feminicídio](#) e então foi criada uma política de coalizão empresarial pelo fim da violência contra as mulheres e as meninas.

A psicóloga comentou que o país junta pessoas que pensam igual com objetivos diferentes. “Quando a gente vai para uma manifestação, hoje, no Brasil, por mais que pareça que exista uma narrativa por trás dessa mobilização, é uma multidão de uns. As pessoas saem de casa com um cartazinho. Nas fotos mostram isso: ‘Eu sou uma universitária sem emprego, me dê um emprego’. Mas a manifestação é por creches. E isso dificulta porque a gente não tem um objetivo comum”.

“Como é que se trabalha coletivamente? Quando a gente conversa. O grande problema é que a colaboração, a articulação é que faz esse negócio acontecer. O que a gente não pode deixar de fazer é se isentar da responsabilidade de ser um mobilizador de recursos para a sociedade civil”, acrescentou.

Para ela, os homens não falarem sobre os sentimentos é um grande problema. “Não se fala sobre emoção, não se fala sobre sentimento.” Deu exemplos de que quando um homem vê outro partindo para a violência, agredindo alguém, eles respondem com violência, querem apartar a briga com mais agressão. Que a parceira, quando quer conversar e o parceiro não, ele a deixa falando sozinha.

Ela também reforça que tratamos o problema como caso de polícia, mas que a violência doméstica e o feminicídio são a ponta do iceberg, o último estágio.

Que deveria haver atendimento psicológico antes de qualquer sinal de violência, e o assunto, ser tratado como questão de saúde pública e não de polícia. Mas que faltam políticas e respostas eficazes.

“A violência não é só física. Não é responsabilidade da polícia investigar a violência psicológica. A violência psicológica deveria ter sido percebida antes. Isso é caso de saúde. Tem uma série de coisas que a gente não está conseguindo ver e a gente responsabiliza lugares que não são os responsáveis. A gente tem que, primeiro, identificar a violência psicológica porque é isso que mata as mulheres.”

Campanha #ElaNãoPedi

Nenhuma mulher “pede” para apanhar. A culpa nunca é da vítima. A campanha [#ElaNãoPedi](#), da Catraca Livre, tem como objetivo fortalecer o enfrentamento da violência doméstica no Brasil, por meio de conteúdos e também ao facilitar o acesso à rede de apoio existente, potencializando iniciativas reconhecidas. Conheça a nossa plataforma exclusiva.

Por Jéssica Lima

Bolsonaro exclui “gênero” de projeto para combater violência contra mulher

O presidente Jair Bolsonaro excluiu a palavra “gênero” no decreto que estabelece a Casa da Mulher Brasileira, projeto criado pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) para combater a violência contra mulheres no país. Com o decreto publicado nesta quarta (13), o governo também tira a obrigatoriedade em oferecer manutenção e apoio técnico às casas já

existentes.

[\(Universa, 13/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

No texto, Bolsonaro exclui qualquer menção à palavra “gênero”. Assim, termos como “violência de gênero” foram alterados para atendimento “às vítimas de violência sexual e outras situações de vulnerabilidade, considerado o contexto familiar e social das mulheres”. Também retirou termos como “transversalidade de gênero”, que agora é tratada como “transversalidade dos direitos das mulheres”.

O decreto foi emitido na mesma semana da inauguração da Casa da Mulher Brasileira em São Paulo, que abriu na segunda com cerca de 4 anos de atraso. A iniciativa de Dilma foi ofuscada por uma série de atrasos em obras, problemas estruturais e falta de repasses do governo federal. No primeiro semestre, a ministra Damare Alves, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, afirmou que a pasta não tinha mais dinheiro para investir no projeto.

Governo diminui responsabilidade sobre projeto

Na prática, o novo texto diminui as obrigações do governo federal e divide a implementação com outras esferas.

Com o novo texto, Bolsonaro estabelece com mais clareza que o governo federal, estaduais, municipais e entidades públicas e privadas farão o financiamento da casa. Anteriormente, o governo federal dava a possibilidade para convidar instituições privadas e prefeituras e estados investissem no atendimento e manutenção.

Apesar disso, o governo federal não é mais obrigado a repassar verbas, prestar apoio e fazer a manutenção das casas já inauguradas. Em contrapartida, as casas poderão receber investimento de emendas parlamentares.

Por fim, o texto também excluiu a própria obrigação do governo federal em

investir em serviço de atendimento à mulher em áreas rurais ou de floresta, os chamados “centros de atendimento às mulheres nas regiões de fronteira seca”.

Atrasos e problemas em obras

Com atrasos em repasses e com a troca de governo, a Casa da Mulher Brasileira sofreu com desistências de construtoras que não topavam assinar novos contratos a problemas estruturais. A unidade de Brasília precisou ser embargada em 2017 após ser inaugurada com falhas no projeto. Em São Paulo, a casa foi construída em 2017, mas ficou parada por falta de verba.

Com o abandono, prefeitura e governo federal disseram não ter verba adicional para investir nos reparos. A casa foi “socorrida” por uma construtora para sair do papel e contou com a doação de uma marca de cosméticos para capacitar os funcionários que atuarão no local.

Após inauguração da casa paulistana, apenas seis casas estão em funcionamento (Campo Grande, Brasília, São Luiz, Fortaleza, Curitiba, Boa Vista e São Paulo).

Por Marcos Candido

Quatro anos após início das obras, Casa da Mulher Brasileira é inaugurada em SP sob protestos

Entidade funcionará 24 horas e reunirá serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência

[\(Folha de S. Paulo, 11/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Quatro anos após o início das obras, a [Casa da Mulher Brasileira](#) foi inaugurada nesta segunda (11) no Cambuci, região central de São Paulo, sob protestos de mulheres e movimentos sociais, que foram barradas na entrada.

A Casa funcionará 24 horas e reunirá serviços de atendimento a mulheres [vítimas de violência](#), como Delegacia de Defesa da Mulher, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça e assistência social. A 1ª DDM, a primeira da capital, foi transferida para o espaço (que fica a cerca de 3 km da localização original).

O governo federal investiu R\$ 10,3 milhões na unidade de São Paulo, segundo o MMFDH (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos). O Instituto Avon, o Instituto MRV, a Farah Service e a Caixa Econômica Federal também se envolveram na fase final de obras do espaço por meio de doações, segundo a prefeitura.

“Pessoalmente pedi o apoio [a empresas privadas] para que pudessem oferecer condições para finalizarmos sem buscar mais dinheiro público”, afirmou Doria, acrescentando que uma das razões foi economizar tempo para concluí-la.

A inauguração contou com a presença da ministra da Mulher, Damares Alves, da secretária nacional de Mulheres, Cristiane Britto, do governador de São Paulo, João Doria (PSDB), da secretária de Direitos Humanos do município, Berenice Giannella, entre outras autoridades.

“Para os bonitinhos que ainda se levantam agredindo mulheres no Brasil, aos agressores covardes de mulheres no Brasil, o recado é o seguinte: a brincadeira para vocês está acabando. Essa nação está se levantando em defesa da mulher”, afirmou Damares, em meio a [protestos e gritos de “Fora, Damares!”](#) entoados por mulheres do lado de fora.

A ministra afirmou que pretende reformular o projeto da Casa da Mulher Brasileira. Em vez de unidades grandes como a de São Paulo, que tem 3.659 metros quadrados, investirá em modelos menores que cheguem a lugares fora de capitais. Ela também pediu orações para [o prefeito de São Paulo](#).

[Bruno Covas \(PSDB\), que trata um câncer.](#)

A Central de Movimentos Populares, a Marcha Mundial das Mulheres e a União dos Movimentos de Moradia elaboraram uma carta com reivindicações a respeito da Casa.

Pedem que seja criado um conselho gestor com a participação de movimentos de mulheres e especialistas para monitorar e participar de decisões da Casa. Também querem mais capacitação dos funcionários do local e uma gestão direta do local, sem organização social.

Em 2017, movimentos de mulheres protestaram para cobrar a retomada das obras e abertura da Casa. “Queremos participar dessa construção, ver como vai funcionar”, disse Márcia Viana, secretária de Mulheres da CUT (Central Única dos Trabalhadores) de São Paulo.

A secretária de Direitos Humanos, Giannella, recebeu a carta das mulheres e disse que “talvez elas [manifestantes] estejam infelizes porque o governo delas não conseguiu inaugurar a casa e nós conseguimos.”

O projeto foi instituído em 2013 pela ex-presidente Dilma Rousseff. A proposta era que a iniciativa chegasse aos 26 estados brasileiros e ao Distrito Federal até o fim de 2018, quando o segundo mandato da petista, originalmente, terminaria. Mas, até hoje, só chegou a sete lugares: São Paulo, Brasília, Ceará, Paraná, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Roraima.

Imbróglis jurídicos atrasaram a entrega do espaço em São Paulo, o que incluiu rescisão de contrato por parte de uma das empresas encarregadas da obra. A prefeitura assumiu a responsabilidade pelo empreendimento em março de 2018, após assinar um convênio com o governo federal.

A Casa será gerida por uma [organização social](#), a OSC Companhia dos Sonhos, e ficará sob o guarda-chuva da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania. A titular da pasta afirmou que a escolha pela gestão indireta se deve à expertise das entidades escolhidas na área e com parcerias. A organização receberá por mês cerca de R\$ 177 mil.

Segundo a prefeitura, a Casa terá 110 funcionários, incluídos parceiros. Os

profissionais que trabalharão com atendimento psicossocial das vítimas foram selecionados por meio de edital público. Já os vinculados a órgãos como Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria foram selecionados internamente.

Foram capacitados pelo Instituto Avon, o que foi alvo de críticas de movimentos de mulheres, que consideraram a formação insuficiente. A prefeitura informou que investirá cerca de R\$ 137 mil em capacitação e na compra de materiais para o local.

Segundo a advogada Marina Ganzarolli, que presta serviço para o Instituto Avon e faz parte da Rede Feminista de Juristas, a capacitação oferece imersão de três dias com treinamento em escuta qualificada, legislação e avaliação de risco e estudos de caso. “Não tem a intenção de substituir a capacitação para acolher mulheres. Vem como uma coisa a mais, um plus, uma contribuição”, diz.

A vereadora Juliana Cardoso (PT) convocou audiência pública na última quinta (7) para questionar a prefeitura sobre o empreendimento na capital paulista e, diante da falta de representantes da prefeitura, adiou o ato para após o feriado de 15 de novembro, nesta sexta.

A SPTrans alterou o itinerário da linha 5142/10 (Terminal Sapopemba - Terminal Parque Dom Pedro II) em agosto para facilitar o acesso de funcionários e usuárias da Casa —no sentido centro, a linha passou a circular pela rua Professor Demóstenes Batista Figueira Marques. Um dos pontos de parada fica a cerca de 80 metros do espaço.

A linha opera de segunda a domingo das 4h às 0h30. Outras 17 linhas de ônibus circulam pelas imediações.

Projeto

A Casa da Mulher Brasileira foi instituída em 2013 pela ex-presidente Dilma Rousseff, no âmbito do programa Mulher: Viver sem Violência

Serviços

Reúne serviços de atendimento a vítimas de violência em um lugar, como Delegacia de Defesa da Mulher, Ministério Público, Defensoria Pública,

Tribunal de Justiça e assistência social

Estados

Deveria ser implementada em todos os 26 estados e o Distrito Federal, mas só chegou a sete estados: São Paulo, Brasília, Ceará, Paraná, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Roraima

Atraso

A unidade de São Paulo começou a ser construída em 2015, mas, por causa de impasses jurídicos e, segundo o governo, chuvas, só foi inaugurada nesta segunda (11)

Investimento

O Governo Federal investiu R\$ 10,3 milhões no empreendimento de São Paulo e a prefeitura afirmou que investirá cerca de R\$ 137 mil em capacitação e na compra de materiais

Administração

A prefeitura, responsável pela Casa desde 2018 por meio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, contratou uma organização social para gerir o espaço

Por Júlia Zaremba

Casa para atender mulheres agredidas é inaugurada com quatro anos de atraso

Com cerca de quatro anos de atraso, a Casa da Mulher Brasileira de São Paulo —um local de apoio para mulheres que sofreram ou ainda estão em situação de violência— será inaugurada nesta segunda (11) no bairro do

Cambuci, região central da cidade. Assim como em outras capitais, a demora para a abertura da unidade paulistana é resultado de um jogo de empurra-empurra em meio à troca de governos.

[\(Universa, 08/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Universa visitou nesta terça (5) a casa paulistana, que parecia funcionar. Havia uma viatura policial no estacionamento, funcionários nos guichês de atendimento e sem sinais de obras. Uma funcionária confirmou que os serviços já estavam disponíveis para a população, mas não encontrou mulheres que ainda haviam sido atendidas. Autoridades da prefeitura e do governo federal devem comparecer ao local para a inauguração oficial do prédio.

O projeto da Casa da Mulher Brasileira foi criado no governo da então presidente Dilma Rousseff, em 2013, para construir espaços que reunissem num mesmo local assistência psicológica, jurídica e social a mulheres vítimas de violência. O decreto também prevê que as casas abriguem alojamento para mulheres, delegacias para registro de ocorrência e celas para suspeitos de cometer violência contra a mulher.

A iniciativa, recebida com entusiasmo pelos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, no entanto, acabou se tornando uma pedra no sapato do governo federal. A promessa, em 2013, era a entrega de 27 unidades distribuídas pelas capitais do país e no Distrito Federal. Com a inauguração da casa paulistana, apenas seis estão em funcionamento (Campo Grande, Brasília, São Luiz, Fortaleza, Curitiba, Boa Vista e São Paulo). Em Brasília, o prédio precisou ser embargada por risco de desabamento.

Para acelerar o processo, alguns municípios se ofereceram para custear o serviço de atendimento, como na Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande (MS), inaugurada em 2015 e considerada uma referência no País.

No caso específico de São Paulo, o atraso foi causado pela troca de governo federal e pela desistência de construtoras com alterações em contratos. Em 2013, o então prefeito Fernando Haddad (PT) havia prometido o início do funcionamento para 2014, depois 2015 e 2016.

Segundo uma fonte da gestão petista, a União demorou a fazer repasses após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e da consequente reestruturação ministerial promovida por Michel Temer (MDB) na ocasião. O ex-presidente extinguiu o ministério voltado às mulheres e reduziu a antiga pasta ao status de secretaria. Durante o processo, a construtora envolvida na construção paulistana desistiu do contrato. Em 2016, apenas 13,32% do orçamento para a construção das casas foi investido por Temer.

O imóvel foi parcialmente finalizado durante o governo de Michel Temer (MDB), no fim de 2016, embora a nova construtora responsável também tenha rompido com o contrato. Na tentativa de pressionar União e município pela abertura da casa, movimentos feministas organizaram uma “inauguração” não oficial em 2017.

“Dória também extinguiu pastas dedicadas somente a mulher, o que atrasou o diálogo e administração dos repasses”, diz Denise Mota, então Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres na gestão Haddad. O agora governador paulista fundiu a então as secretarias Secretarias de Promoção da Igualdade Racial, Política para as Mulheres e Direitos Humanos à Assistência Social, que passará a ser chamada de Assistência Social e Cidadania em 2016. Hoje, a pasta se chama Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania na gestão Bruno Covas (PSDB).

Sem verba

Em 2018, o governo federal repassou R\$ 1,5 milhão para o então prefeito de São Paulo João Doria concluir a obra. Doria chegou a receber as chaves do imóvel pelo governo federal e prometeu inaugurá-lo em junho de 2018. Apesar disso, a gestão afirmou que era preciso fazer uma nova manutenção: após dois anos pronta, mas sem uso, a parte interna da casa foi deteriorada, e a verba do governo federal não era suficiente, de acordo com a prefeitura.

No primeiro semestre deste ano, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, disse que a pasta não tinha mais como investir na casa.

“Manter a Casa da Mulher [Brasileira] pelo ministério é impossível”,

respondeu a ministra às deputadas na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara dos deputados, em abril. “A gente quer continuar o programa, talvez em um formato menor. A gente quer encontrar alternativa”, diz. “Temos que encontrar uma alternativa, mas o ministério não tem como custear”

A responsabilidade para dar continuidade ao projeto, então, ficou com o prefeito Bruno Covas (PSDB). A gestão abriu um edital para terminar as obras por meio de doações. Um braço social da construtora MRV Engenharia doou os serviços para finalizar a casa.

Para financiar a operação, a prefeitura abriu um edital de R\$ 4 milhões e escolheu uma organização da sociedade civil para prestar serviços administrativos e psicológicos. Uma marca de cosméticos está gratuitamente capacitando funcionários para realizar o atendimento especializado às vítimas de violência doméstica, informa a prefeitura.

A Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania não informou o valor do investimento repassado pelo governo federal até hoje para a construção da casa. Em 2018, informou que o investimento federal na unidade de São Paulo estava na casa dos R\$ 24 milhões. (Atualização: após publicação da reportagem, a prefeitura confirmou o valor investido).

Estado paulista tem alta de estupros

São Paulo vive uma alta no número de estupros e um aumento em casos de feminicídio. De acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o número de feminicídios aumentou 12% entre 2017 e 2018 no estado. Em outubro, o governo registrou um aumento de 27% nos registros por estupro em comparação ao mesmo mês do ano passado.

O Mapa da Desigualdade Social 2019, publicado nesta terça-feira, 5, pela Rede Nossa São Paulo, feito a partir de dados de 2018, mostra que os feminicídios aumentaram 167% em toda a cidade, e as ocorrências de violência, 51%. Os distritos da Sé e Barra Funda concentram as maiores taxas de ocorrência nos dois indicadores.

A deputada estadual Beth Sahlão (PT) afirma que há preocupação entre grupos de defesa dos direitos das mulheres de que uma das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) seja fechada e o serviço seja transferido para a Casa da Mulher. A parlamentar protocolou um requerimento pedindo à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo para esclarecer como vai funcionar o atendimento policial no local.

“Os números mostram uma epidemia de estupro e feminicídio [no estado]. Fechar uma delegacia para transferir para a casa da mulher não é algo de que nós [da Frente Parlamentar em Defesa da Mulher da Assembleia Legislativa] gostamos”, diz a parlamentar.

Outro lado

A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo confirmou para Universa de que a 1ª delegacia da mulher do estado, hoje localizada na Sé, será transferida para a Casa da Mulher Brasileira, no Cambuci, a partir do dia 11. A 1ª DDM existe desde 2016 e continuará funcionando 24 horas por dia no mesmo endereço até a próxima semana.

Oposição

Além de deputadas estaduais, vereadoras da oposição convocaram uma audiência pública nesta quarta (6) para exigir mais transparência nos serviços que serão oferecidos pela casa. A vereadora do PT, Juliana Cardoso, convocou uma audiência pública na Câmara Municipal paulistana para questionar a prefeitura de como serão as oficinas lideradas pela empresa de cosméticos.

Segundo a prefeitura, a capacitação aplicada pelo Instituto AVON - Workshop de Acesso à Justiça, “faz parte de um programa de treinamento já aplicado pelo Instituto em diversos Estados brasileiros” e passou por “3 dias de imersão reunindo mais de 110 pessoas que vão atuar dentro da Casa da Mulher Brasileira de São Paulo. O Instituto Avon desenvolveu para este treinamento metodologias específicas totalmente voltadas para a Casa com dinâmicas pensadas no cotidiano de enfrentamento à violência, apresentando diversos estudos de caso, fazendo exercícios de troca de papéis, como, por

exemplo: a equipe de triagem, fazendo o papel de delegada de polícia e vice-versa, dinâmicas de vivências da realidade e revisando conceitos importantes para esta temática, como gênero, racismo, combate à homofobia entre outros”, diz a nota.

Por Marcos Candido

‘Em situações de guerra, os heróis são sempre os homens’, diz especialista da ONU Mulheres

Gerente de programas da ONU Mulheres, Joana Chagas chama atenção para cortes em recursos para políticas públicas e para a situação de refugiadas

[\(O Globo, 28/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

RIO - Há 18 anos na **ONU Mulheres**, **Joana Chagas** é especialista em **igualdade de gênero** e **direitos humanos das mulheres**. Em entrevista durante a XVI Conferência de Segurança internacional do Forte de Copacabana, ela falou sobre os desafios da questão de gênero no Brasil e sobre como o protagonismo da mulher costuma ser colocado em segundo plano em conflitos: “Mulheres em situações de guerra e conflito são somente vistas como vítimas, como pessoas a serem protegidas. As mulheres também estão fazendo a paz”. Ela contou ainda que “a ONU Mulheres foi chamada a participar da resposta humanitária na fronteira porque existem jovens e adolescentes venezuelanas nas ruas se prostituindo”.

Qual o maior desafio da ONU Mulheres no Brasil?

O Brasil é um país que ainda tem números muito baixos de participação das mulheres na política, nos três poderes, no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. O Brasil também tem uma participação muito pequena de mulheres no setor econômico, nas ciências exatas por exemplo. Elas ainda recebem menos que os homens e ainda são as responsáveis pelo trabalho de cuidado. Na área de enfrentamento à violência os dados estão aí: o Brasil é o quinto país de feminicídios no mundo, é responsável por 40% das mortes de mulheres na América Latina, são 50 mil estupros por ano. São números de proporções quase iguais aos de países de conflitos. Mas o Brasil também é um país de dimensões continentais, o que deve ser levado em consideração. E na área de paz e segurança temos baixa representação das mulheres nas Forças Armadas, elas participam das tropas de paz mas ainda de forma muito pontual. Tem tido avanços em todas as áreas nos últimos 20 anos, mas ainda está muito longe do ideal.

E onde houve avanços?

Existem estudos do Ipea que mostram que nos lugares onde existem os serviços e onde eles funcionam minimamente, foi possível conter em 10% as mortes de mulheres, os feminicídios. Nos últimos 20 anos houve investimento, políticas públicas. Nesse período, teve a aprovação da **Lei Maria da Penha** (sancionada pelo ex-presidente Lula, em 2006), a lei do **feminicídio** (que entrou em vigor em 2015, no governo Dilma Rousseff), a criação da **Casa da Mulher Brasileira** (inaugurada também em 2015). É um país que tem demonstrado desde 1988, desde o processo de democratização, um avanço nas políticas e legislações.

Houve retrocesso no governo atual?

Houve. A gente sabe que há menos recursos para as políticas públicas para as mulheres, mas não sabemos qual o impacto disso. Mas só o fato de ter havido cortes no orçamento, nas políticas sociais em geral, e especificamente nas políticas públicas para as mulheres, representa um retrocesso.

Na questão de paridade de representação, o Brasil avançou?

A gente não tem ainda no marco legal brasileiro nada que fale de paridade. A única coisa que temos são leis de cotas para cargos representativos de 30%, é uma lei de 1992 que está sendo discutida no Congresso Nacional para ser revisada.

Revisada como?

Em cada eleição se avançava um pouco. Essa lei fala por exemplo que as mulheres devem ter uma porcentagem do fundo eleitoral e do tempo de campanha. Nas últimas eleições o TSE julgou que, como a cota era de 30%, as mulheres deveriam ter acesso a 30% dos fundos e do tempo, o que equalizaria a cota de representação à de acesso a esses fundos. E dias atrás, o TSE de novo julgou que as chapas que não cumpriram com essa cota poderiam ser cassadas. Você vê que no início era uma lei que não existia e não era cumprida, não existiam sanções; depois o TSE, em um determinado momento, disse que deveria ser cumprida, mas ainda sem sanções; e finalmente as sanções estão acontecendo. Mas agora vemos que existe uma resistência ao cumprimento dessa lei no Congresso Nacional, uma discussão que é importante que a sociedade acompanhe.

Como a questão de gênero entra no debate sobre segurança internacional?

É maravilhoso ter pela primeira vez uma mesa sobre gênero em uma conferência sobre segurança internacional. É um tema que não envolve mulheres tradicionalmente, nem na academia, nem na pesquisa, nem nas estruturas estatais. E foi um tema que surgiu como demanda do público, e não dos organizadores. E é importante que ele seja mantido porque todos os temas de segurança internacional dizem respeito às mulheres. Você não precisa ter um painel separado, é bom que tenha dessa vez, para introduzir, mas a gente espera que no futuro cada mesa tenha uma pessoa especialista em gênero, que possa dizer a partir do assunto abordado como aquilo impacta de forma diferente homens e mulheres. Um dos dados que temos é

que a mínima a porcentagem de notícias e histórias na mídia sobre as guerras incluem mulheres, e quando elas são citadas, muito raramente são protagonistas dos processos de paz. Mulheres em situações de guerra e conflito são somente vistas como vítimas, como pessoas a serem protegidas, os heróis são sempre os homens. Sim, elas são vítimas, é importante falar sobre isso, mas mulheres também estão fazendo paz.

Como elas são afetadas no processo de refúgio e imigração, por exemplo?

Posso falar do que temos na nossa fronteira com a **Venezuela** , porque estamos trabalhando lá. São 45% de mulheres e 55% de homens agora. O que a gente tem visto nessa resposta é que as mulheres estão ficando para trás. É prioridade do governo brasileiro a interiorização dos imigrantes, para desafogar a crise em **Roraima** , que já é um estado remoto, que tem uma fragilidade maior das instituições e ficou numa situação muito mais difícil com esse fluxo.

A ideia é interiorizar voluntariamente venezuelanos que queiram, para outros municípios que disponibilizam vagas. Existem diferentes modalidades de interiorização, por emprego, quando a pessoa já tem uma carta de emprego; por reunião familiar; ou quando algumas igrejas e organizações não governamentais oferecem essa ajuda. Na modalidade de emprego só 10% são mulheres. Por que elas não conseguem emprego? Porque elas estão no papel de cuidadoras de filhos, de mães, de doentes. Elas vão para um lugar onde não conhecem nada e ninguém, não têm emprego, não têm fonte de renda e vão ficar muito mais vulneráveis. E numa situação de maior vulnerabilidade econômica elas também ficam mais vulneráveis à violência e exploração sexual.

O que acontece muito nessas situações humanitárias é o sexo por sobrevivência, são mulheres que se envolvem na prostituição porque não têm outra opção. E aí acabam caindo em redes de exploração e tráfico. A ONU mulheres foi chamada no primeiro momento para participar da resposta humanitária porque existem jovens e adolescentes venezuelanas nas ruas se prostituindo. E se só 10% delas conseguem emprego, isso quer dizer que a

resposta não está funcionando.

Por Marina Gonçalves

Em 91,7% das cidades do país, não há delegacia de atendimento à mulher

Dados são da Pesquisa de Informações Básicas Municipais e Estaduais

[\(Agência Brasil, 25/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Na maioria das cidades brasileiras, não existe nenhuma delegacia especializada no atendimento à mulher (Deam). Essa é a realidade de 91,7% dos municípios de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, em 90,3% das cidades do país não há nenhum tipo de serviço especializado no atendimento à vítima de violência sexual.

Os dados aparecem na Pesquisa de Informações Básicas Municipais e Estaduais (Munic), que traz o perfil dos municípios e estados do país em 2018. Divulgada hoje (25) pelo IBGE, ela reúne informações sobre temas variados como recursos humanos, gestão, educação, cultura, saúde, assistência social, segurança alimentar, trabalho, política para mulheres, migração e enfrentamento ao sub-registro de nascimento.

“As delegacias especializadas de atendimento à mulher são equipamentos estaduais. Nós investigamos, em cada município, se havia alguma Deam. Verificamos que os estados só implantaram Deams em apenas 8,3% das cidades. Não significa que não tenha, nessas cidades, outro tipo de delegacia que atenda demandas das mulheres”, esclarece a gerente da pesquisa Vânia Maria Pacheco.

O número de municípios que possuem casas-abrigo para mulheres em situação de violência se manteve estável e continua reduzido. Oscilou de 2,5% em 2013 para 2,4% em 2018. Entre as 3,8 mil cidades que possuem até 20 mil habitantes, apenas nove possuem este tipo de estrutura. Por outro lado, elas existem em 58,7% dos municípios com mais de 500 mil habitantes. Segundo o IBGE, as casas-abrigo propiciaram, em 2018, atendimento a 1.221 mulheres e 1.103 crianças. A principal atividade ofertada foi o atendimento psicológico individual. Dependendo da unidade, também há oferta de atendimento jurídico e creche.

O levantamento mostra ainda que o número de prefeituras que possuem algum órgão voltado para a execução de políticas para mulheres está em queda. Em 2013, 27,5% dos municípios tinham algum tipo de estrutura com essa finalidade. No ano passado, esse percentual caiu para 19,9%. Os dados apontam que houve um retrocesso de nove anos: a situação de 2018 é similar à observado no ano de 2009.

Quando existem, a maioria dos órgãos municipais estão vinculados a alguma secretaria com atribuições mais amplas. Entre as prefeituras que possuem estruturas com tal fim, apenas 12,8% tem secretarias exclusivas para a execução de políticas para mulheres. Por outro lado, houve um aumento no número de municípios que possuem um Plano Municipal de Políticas para Mulheres. Em 2013, o documento era adotado por 4,5% das prefeituras do país. No ano passado, esse percentual saltou para 5,3%.

“Vem crescendo, ainda que bem devagar, o número de municípios que oferecem pelo menos um ou outro instrumento de gestão para tratar a política voltada para as mulheres. Se hoje ainda está baixo, era muito menos lá atrás. Pelo menos em termos de estrutura, os municípios parecem estar tentando atender um pouco mais essa faixa da população”, observa Vânia.

Estados

Assim como nos municípios, os órgãos responsáveis por executar políticas para mulheres nos estados estão, predominantemente, subordinados a outra secretaria. De acordo com o levantamento do IBGE, essas estruturas estão, na maioria das vezes, subordinadas à pasta que é responsável pelos direitos

humanos.

Sobre o perfil dos gestores estaduais das pastas relacionadas à política para mulheres, a pesquisa do IBGE revela que em Sergipe e em Goiás, o órgão é gerido por homens. Nos demais estados e no Distrito Federal, a pasta é gerida por mulheres. Das 25 gestoras, 15 são brancas, sete são pardas e três pretas.

De 2013 para 2018, houve um aumento no número de Planos Estaduais de Políticas para Mulheres. Eles estavam implementados em 15 estados no ano passado e em 12, há seis anos. No mesmo período, também cresceu, de 12 para 20, o número de unidades da federação com casas-abrigo. A maioria delas, no entanto, possui apenas uma dessas unidades de abrigamento e os serviços ofertados são limitados: nem sempre estão assegurados conjuntamente atendimento psicológico individual, atendimento jurídico e creche. São Paulo, com 14 delas, é o estado mais estruturado, seguido de Pará e Pernambuco, ambos com cinco unidades. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Maranhão não têm casas-abrigo.

Por Léo Rodrigues e Lígia Souto

Após sete meses, Damares não gastou um centavo com a Casa da Mulher Brasileira

Apesar de orçamento de mais de R\$ 13 milhões, ministra não desembolsou recursos para o programa de atendimento a mulheres vítimas de violência

[\(Agência Pública, 16/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Com R\$ 13,6 milhões reservados no orçamento deste ano, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) de Damarens Alves não gastou, até hoje, nenhum centavo com a construção da Casa da Mulher Brasileira, uma das principais iniciativas do governo federal para o enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil. Elogiado por especialistas pela segurança e rapidez de acesso das vítimas à rede de proteção social, o programa prevê a implantação de centros de atendimento multidisciplinares para mulheres vítimas de violência em 25 capitais brasileiras - atualmente, apenas cinco estão abertos.

Desde que assumiu, Damarens vem afirmando que o combate à violência contra a mulher é prioritário em sua gestão, mas, apesar de contar com orçamento para o programa, já em abril ela declarou ser impossível para o ministério manter a Casa da Mulher Brasileira. Segundo a apuração da Agência Pública com base em dados do próprio governo federal, após mais de sete meses de governo Bolsonaro, nada foi executado do orçamento aprovado em 2018 com a participação da equipe de transição do atual presidente. Os repasses para manutenção - com verba de R\$ 1,3 milhão reservada no orçamento - também não foram feitos. Se, a partir de agora, o governo quiser executar tudo que está orçado para este ano, seria preciso empenhar ao menos R\$ 2,7 milhões por mês para construção dos espaços.

A Casa da Mulher Brasileira faz parte de um programa lançado por decreto em 2013 pela então presidente Dilma Rousseff (PT) com o nome de "Mulher: Viver Sem Violência". O objetivo era expandir a rede de serviços voltados para as mulheres vítimas de violência e promover a integração entre eles, através de ações para além da implementação das casas, como a ampliação da central telefônica Ligue 180 e campanhas de conscientização sobre o tema. A execução do programa ficou a cargo da Secretaria de Políticas para as Mulheres, à época com status de ministério - hoje é apenas um departamento dentro da pasta de Damarens. A mudança ocorreu ainda durante o governo de Dilma Rousseff.

O projeto propõe que a vítima de violência disponha, em cada Casa, de Delegacia de Defesa da Mulher, Defensoria Pública, Promotoria, Juizado e Vara especializados, equipes de psicologia e assistência social, alojamento de

passagem, brinquedoteca e serviços de promoção da autonomia econômica. Os recursos para construção da Casa partem da União, que também repassa verbas para a manutenção dos espaços durante seus primeiros 24 meses. Depois, município ou estado precisa assumir o gasto.

Esta não é a primeira vez que o governo federal descumpre o orçamento para a Casa da Mulher Brasileira. Em 2017, durante governo de Michel Temer (MDB), apesar de R\$ 1,4 milhão empenhado para a construção de novas casas, nada foi liquidado, ou seja, efetivamente pago a quem executaria os serviços - o governo bancou apenas os gastos de manutenção das casas já construídas. Em 2016, último ano de Dilma Rousseff e início do governo Temer, apenas 13,32% do total orçado para a construção das casas foi gasto. Em 2018, a execução foi alta, de 75,76%, contudo o valor orçado já havia sido reduzido mais de 15 vezes: se inicialmente o governo teria mais de R\$ 26 milhões para a construção das casas, o orçamento final foi o mais baixo da série, de apenas R\$ 1,7 milhão.

Procurado pela Pública, o MMFDH informou que está reformulando o projeto da Casa da Mulher Brasileira para adequá-lo à “realidade orçamentária do país”. Explicou que pretende utilizar parte da verba destinada à construção de novas casas em um projeto menos custoso. A pasta comunicou também que modificará o decreto de instituição do programa para que seja possível “instalar casas em espaços cedidos ou locados” em vez de construí-las. De acordo com o ministério, hoje cada um dos centros de atendimento demanda R\$ 13 milhões para ficar pronto e, na nova proposta, sairia a partir de R\$ 823 mil.

Questionamos também o ministério sobre um pacto, lançado neste mês por Damares, para a implementação de políticas públicas de proteção para mulheres, assinado por representantes do governo - entre eles o ministro Sergio Moro - e do Legislativo e pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli. De acordo com o MMFDH, estão sendo criados grupos de trabalho sobre o tema, sendo a “jornada de trabalho de promoção da segurança e defesa da mulher uma das primeiras ações”, sem detalhamento do que a medida significa.

De 25 casas previstas, cinco prestam atendimento

A construção das casas entrou como meta no Plano Plurianual 2016-2019, que determina as políticas públicas prioritárias para o governo federal no período. O documento estabelece que 25 capitais brasileiras devem recebê-las até o fim deste ano, mas atualmente apenas cinco estão abertas ao público: Campo Grande, São Luís, Fortaleza, Curitiba e Boa Vista - esta última enfrenta problemas estruturais, segundo o próprio governo de Roraima, mas ainda assim presta atendimento.

A Casa de Brasília, inaugurada em 2015, foi embargada parcialmente em 2017 e de forma definitiva em 2018 porque o prédio ameaçava desabar - o MMFDH informou que “está sendo construído um acordo para que a obra seja recuperada e os serviços continuem sendo prestados em outro local”. Na época da construção, o governo federal transferiu R\$ 4,5 milhões para a estrutura. O convênio de manutenção do serviço previa um repasse anual de R\$ 13,7 milhões. Neste ano, segundo a administração da Casa, nada foi repassado. Já a de São Paulo, apesar de pronta, ainda não foi inaugurada - de acordo com a prefeitura, a previsão é que comece a funcionar neste semestre.

“Um sonho” de atendimento

Quando a Casa da Mulher Brasileira foi idealizada, Eleonora Menicucci era ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Ela lembra que o projeto tinha o objetivo de cumprir uma das determinações do artigo 8º da Lei Maria da Penha: a “integração operacional” do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública a áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação como diretriz de políticas de combate à violência doméstica e familiar. “Nós vimos que as redes não estavam respondendo à altura por causa do aumento das violências e as mulheres continuavam ainda com a via-crúcis em busca do serviço, então propusemos essa política”, explica.

Uma iniciativa de El Salvador serviu de inspiração: o Ciudad Mujer, projeto criado em 2011 pela advogada brasileira Vanda Pignato, ex-primeira-dama do país. O programa permitiu a abertura de centros que reúnem serviços públicos de atendimento às mulheres em áreas desde saúde a cooperativas de crédito - hoje, existem seis deles espalhados pelo território salvadorenho.

No início de 2013, Eleonora Menicucci viajou a El Salvador para visitar os espaços acompanhada de Aparecida Gonçalves, à época secretária nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, para conhecer o projeto.

A facilidade de acesso da mulher à rede de assistência reunida em um único espaço é “um sonho” para especialistas no tema, como Wânia Pasinato, consultora da ONU Mulheres, que há mais de 20 anos faz pesquisas em justiça criminal e violência contra a mulher. “A proximidade entre uma equipe psicossocial, a Delegacia da Mulher, a Defensoria Pública e o juizado faz com que pelo menos o trâmite inicial ocorra mais rapidamente. Isso dá mais segurança às mulheres”, explica a socióloga, pós-doutora pelo Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Unicamp.

Wânia destaca que a agilidade e abrangência do acolhimento são cruciais porque, quando as vítimas tomam a decisão de buscar ajuda institucional, “já passaram por muitos processos internos de dúvida, medo, insegurança”. Outro ponto importante é que o espaço integrado favorece o compartilhamento de informações entre os serviços. “Ela [a Casa] criou a possibilidade de que a rede fosse também uma estrutura de circulação dos documentos relacionados ao caso da mulher [atendida] e de informações relativas a esse caso. Produzir estatísticas, ter dados e criar indicadores é fundamental para que se possa entender melhor não só a violência, mas também onde estão ocorrendo as falhas, que são inegáveis, na resposta para as mulheres e na aplicação da Lei Maria da Penha.”

Campo Grande: primeira e referência

Em Campo Grande, onde fica a mais antiga e uma das únicas cinco casas abertas, o caso de Letícia*, de 33 anos, mostra como o programa funciona quando bem executado. No fim de julho, ela foi agredida com um soco pelo ex-marido, que havia ido até sua casa para buscar o filho do casal, de 4 anos. A violência física foi precedida por um longo período de ataques verbais e psicológicos que culminou na separação do casal.

Letícia, moradora de Campo Grande, procurou a Casa da Mulher na mesma noite em que sofreu a agressão. Passou pela triagem, foi atendida por uma psicóloga e de lá seguiu para a Delegacia da Mulher, onde registrou o

boletim de ocorrência. Por último, foi encaminhada à Vara Especializada, que lhe concedeu uma medida protetiva contra o ex-companheiro. “Me disseram: ‘Tem que denunciar, tem muitas mulheres sofrendo violência porque não denunciam’. Explicaram tudinho para mim, me deixaram bem tranquila”, conta a dona de casa. A medida protetiva também tem cumprido seu papel. “Só dele não ficar me ligando, me mandando mensagem, vindo aqui na minha porta me ofender, para mim, já é um alívio”, diz.

Seguindo o modelo da época da implantação do projeto, ainda sob os auspícios da Secretaria de Políticas para as Mulheres, uma servidora do atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é responsável pela coordenação geral da Casa. Tai Loschi, que desempenha esse papel em Campo Grande, diz que a atribuição mais importante do cargo é organizar as reuniões mensais do colegiado gestor da Casa, formado por representantes da prefeitura, governo do estado, Polícia Militar e Patrulha Maria da Penha, além de delegada, juíza, defensora pública e promotora. “É uma reunião democrática e horizontal, porque aqui todo mundo tem suas diretrizes, mas temos que andar juntos. As reuniões do colegiado são justamente para afirmar a horizontalidade dos serviços”, explica. De acordo com ela, todas as decisões relativas ao local dependem da deliberação dos integrantes do colegiado.

A Casa da Mulher em Campo Grande é referência nacional na prestação do atendimento integral às mulheres vítimas de violência. De fevereiro de 2015, quando abriu, até o último mês de junho, foram registrados ali mais de 32 mil boletins de ocorrência, concedidas mais de 14,8 mil medidas protetivas e 49,3 mil atendimentos foram feitos pelo Ministério Público do estado. Neste ano, autoridades de Roraima - cuja capital já abriga uma Casa -, Piauí e Alagoas visitaram o serviço para observar como funciona.

Embora funcione há quatro anos e meio, a Casa ainda se mantém com dinheiro do governo federal. A prefeitura de Campo Grande precisava utilizar os aproximadamente R\$ 9,5 milhões previstos em convênio até dezembro de 2016, mas precisou renegociar o prazo por quatro vezes, o que não implicou o repasse de mais verbas, segundo a própria prefeitura. Depois de junho de 2020, nova data-limite para execução dos recursos da União, o município

deverá assumir os gastos com manutenção - limpeza, locação de veículos e alimentação para mulheres abrigadas, entre outros -, além das despesas com as quais já arca, como água, luz, telefonia e recursos humanos.

Desde maio, a Casa tem recebido apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) através do Observatório sobre Violência contra a Mulher. Em fase de implantação, ele é fruto de um acordo de cooperação com a prefeitura de Campo Grande e pretende monitorar e analisar dados sobre violência contra mulher no município, promover ações de prevenção e formação para gestores, pesquisadores e comunidade. Segundo as professoras Ynes da Silva Félix e Jacy Correa Curado, coordenadora e vice-coordenadora do Observatório, para continuar “sendo referência e exportando know-how em tecnologia social de atendimento à violência contra a mulher, a Casa “deve ser alvo de investimento e boa gestão pública”, como vem ocorrendo em Campo Grande.

**O nome verdadeiro foi preservado para proteger a identidade da fonte*

Por Anna Beatriz Anjos, Bruno Fonseca

Atualização (19/08/2019):

A Agência Pública mantém as informações publicadas na reportagem “Damares não gastou nenhum centavo com a Casa da Mulher Brasileira”, contestada pelo MMFDH nessa [nota](#). Os R\$ 13,6 milhões para a construção da Casa da Mulher Brasileira estão no orçamento aprovado, com relatamos no texto. Em relação ao contingenciamento de verbas, a informação foi omitida pelo Ministério em resposta a sete perguntas enviadas pela reportagem. A explicação recebida, de que o Ministério iria reformular o programa “para adequá-lo à realidade orçamentária do país”, consta na reportagem.

Não há equívoco na reportagem, baseada na Lei Orçamentária e no Portal da Transparência, onde constam os valores empenhados e executados. O que houve foi uma omissão do Ministério que poderia ser corrigida pela assessoria sem negar os fatos apresentados pela reportagem. A agressividade

da nota enviada na noite sexta-feira impediu sua publicação, já que nos obrigaria a uma nova resposta.

Campo Grande apresenta a experiência da Casa da Mulher Brasileira em Teresina/PI



Macilane Gomes, secretária de Políticas para as Mulheres de Teresina, e a representante federal de articulação da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande, Tai Loschi

Tai Loschi, representante federal de articulação da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande, apresentou ontem (5), no **Fórum Balançando a Rede**, promovido pela Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres de

Teresina, o processo de trabalho no atendimento integral à mulher em situação de violência doméstica na Casa da Mulher Brasileira - Campo Grande/MS. O encontro contou com a presença de diversos profissionais que atuam na rede de enfrentamento à violência da capital piauiense.

No dia de hoje (6), a ex-subsecretária de Políticas Públicas para as Mulheres e Promoção da Cidadania de Mato Grosso do Sul reuniu-se com gestores municipais no evento promovido pelo **Projeto InTHEgra Mulher Teresina**. Na ocasião, Tai Lochi dialogou com os presentes sobre os desafios de gestão da Casa, as responsabilidades de cada órgão envolvido e as parcerias necessárias para o processo de implantação de uma unidade da Casa da Mulher Brasileira.

